



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006032-55.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Luciano Albano Gaban**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt Sa**
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 01 de outubro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 627/12

VISTOS.

Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença em que o devedor insurge contra o cálculo do credor, dizendo que o valor devido é de R\$ 5.322,05 e não os R\$ 5.888,02, cobrados, e que não se aplica à hipótese a multa prevista no at. 475-J, do CPC.

É o relatório.

DECIDO.

Constou expressamente da sentença que o prazo para cumprimento voluntário da obrigação começaria a fluir a partir do trânsito em

0006032-55.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

julgado da decisão, **independentemente de nova intimação.**

A executada, mesmo ciente do alerta, deixou transcorrer o prazo sem providenciar o depósito; **portanto, é devida a multa do art. 475-J, do CPC.**

O credor havia apresentado, inicialmente, um cálculo apontando como devido o valor de R\$ 6.585,43; ocorre que após a impugnação refez a conta expondo o valor de R\$ 5.888,02..

Observa-se que esse montante difere daquele sustentado pelo executado apenas no tocante à aplicação da multa acima referida, que, como já dito, é devida.

Destarte, determino que seja expedido mandado de levantamento ao exequente do valor de R\$ 5.888,02 mais os acréscimos proporcionais a tal valor para quitação total do débito. O valor remanescente, com os acréscimos proporcionais será devolvido à executada, que deverá, ainda, recolher as custas finais sob pena de inscrição na dívida ativa.

Como houve sucumbência recíproca nesta fase, não há que se falar em condenação em honorários advocatícios.

Após o decurso do prazo para eventual recurso, expeçam-se os mandados nos moldes determinados.

Ante o acima exposto e tendo havido satisfação da obrigação, **JULGO EXTINTA** a presente execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

os autos.

P.R.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**